



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional
Sub-eixo: Trabalho Profissional

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

LEANDRO HENRIQUE MACIEL¹

Resumo: A pesquisa traz como temática a possível intervenção do assistente social no campo da educação inclusiva, os aportes da política pública da educação, voltando à política de educação inclusiva, quanto ao acesso de políticas públicas ao usuário com deficiência, e a possível intervenção profissional do assistente social, trabalhando pontos como a inserção do ser social na sociabilidade capitalista, e evidenciando as barreiras da inclusão. A pesquisa se dará por meio de fontes bibliográficas e relato de experiência, apresentando experiências enquanto na análise da importância do assistente social na educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Serviço Social. Trabalho.

Resumen: La investigación trae como temática la posible intervención del asistente social en el campo de la educación inclusiva, los aportes de la política pública de la educación, volviendo a la política de educación inclusiva, en cuanto al acceso de políticas públicas al usuario con discapacidad, la posible intervención profesional del asistente social, trabajando puntos como la inserción del ser social en la sociabilidad capitalista, y evidenciando las barreras de la inclusión. La investigación se dará por medio de fuentes bibliográficas y relato de experiencia, presentando experiencias como análisis de la importancia del asistente social en la educación inclusiva.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Servicio Social. Trabajo.

1. INTRODUÇÃO

A proposição desta pesquisa se coloca a frente do objetivo de compreender de forma mais abrangente a atuação profissional do Assistente Social no campo da educação inclusiva, para tanto, a construção da base teórica se dará pelo caminho entre a identificação do trabalho no modo de produção capitalista até a intervenção profissional do assistente social no núcleo de educação inclusiva, inserido na relação de trabalho vivenciada no processo de acumulação de capital, evidenciando as barreiras da inclusão e do trabalho do assistente social dentro da política de educação, aliando ao relato de experiência, trazendo contribuições para a identificação do campo analisado com maior qualidade.

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: <leoh.mac16@gmail.com>.

A aproximação pelo tema se dá no interesse do pesquisador em realizar o debate da educação inclusiva aliando a intervenção profissional do Assistente Social, discutir as fragilidades e contribuições do Núcleo de Acessibilidade presente nas universidades públicas, ressaltando a presença de mobilização para uma equipe multidisciplinar dentro do Núcleo de Educação Inclusiva da Universidade Federal de Ouro Preto. O intuito é de realizar a discussão acerca da deficiência no âmbito da universidade, desmistificando mitos e dúvidas acerca da deficiência e intensificando a participação do deficiente na constituição do ser social e nas relações sociais. Será identificado o processo de entrada dos alunos, trazendo em destaque a aprovação da política de cotas no processo seletivo de estudantes com deficiência na instituição, e a sua permanência dentro da Universidade, seu suporte e a dificuldade de mobilização, realidades que se inscrevem no processo de sucateamento das Universidades Públicas, privatização e terceirização do trabalho, aliadas a precarização do trabalho a classe trabalhadora inserida no campo da Educação Inclusiva.

Para o início da pesquisa será necessário evidenciar a relação de trabalho, valor e mercadoria, considerando a ordem do capital. Esse primeiro passo considerando a estrutura do trabalho inserida no modo de produção capitalista, relacionando as expressões da questão social que se desencadeiam nas relações sociais vivenciadas. Logo após a introdução à temática do trabalho será tratado com a atuação do assistente social, especificando como se organiza a sua atuação no trabalho, suas barreiras, e seus aparatos técnicos, sendo direcionado no ato seguinte a sua intervenção no campo da educação, evidenciando um pouco sobre o referencial técnico e legal da definição de inclusão, aliado ao plano nacional de educação especial.

Dentro desse ponto será tecida uma análise irei realizar avaliações sobre a análise do núcleo de educação inclusiva da instituição analisada se aliando a afirmação da grande importância da presença do Assistente Social no campo da educacional, onde o mesmo pode trazer grandes contribuições ao trabalho da educação inclusiva, trazendo a consciência das políticas públicas ao usuário.

2. REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DO TRABALHO, SOCIEDADE E VALOR.

O trabalho prevê a interação entre a natureza e a sociedade, com os membros (homens e mulheres) executando ações de transformação em matérias

naturais. A relação entre o sujeito e objeto se orienta dentro da ordem do Trabalho, considerando a presença dos instrumentos nos meios de produção, em que a atividade executada é teleologicamente direcionada. Contudo, quando inscrito na ordem do capital, o trabalho se torna uma imposição à classe trabalhadora visto que a mesma depende da venda de sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Neste estudo é possível identificar a análise de Trabalho, sociedade e valor tendo como base a obra intitulada: *O Capital I, Karl Marx, e Crítica da economia Política*, José Paulo Netto, ambos os materiais trazem a discussão a relação do trabalho inserido na sociedade no modo de produção capitalista e as relações sociais que as permeiam, associando o valor aliado à ordem do capital. Tal relação é exemplificada pela contradição entre capital versus trabalho, onde se identifica a presença de duas classes antagônicas, a classe burguesa e a classe operária. Sendo necessário ressaltar a necessidade da classe trabalhadora em realizar a troca de sua força de trabalho por sua sobrevivência. Na base da atividade econômica está o trabalho - é ele que torna possível a produção de qualquer bem, criando valores que constituem a riqueza social. (NETTO, 2006, p.29).

2.1. Mercadoria

A mercadoria é o fio condutor para o processo de acumulação de riquezas dentro do processo de produção capitalista. Identifica-se como mercadoria um objeto externo composto por suas particularidades e propriedades apresentado como responsável pela satisfação de uma ou mais necessidades humanas, independente da natureza e origem em que se caracterizam. A funcionalidade da mercadoria é diversa, tendo sua utilidade específica a uma determinada ação em que se pretende executar, apresentando diferentes modos, padrões e quantidades.

A utilidade da mercadoria se orienta pela estrutura do valor de uso, onde sua própria funcionalidade está relacionada às propriedades presentes na mercadoria, tendo como exemplo o ferro, trigo, etc., são considerados valores de uso, por serem bens materiais que atendem as demandas sociais. É importante destacar que o valor de uso só se executa através da utilização ou consumo da mercadoria, sendo constituído pelo conteúdo material da riqueza, independentemente de sua forma social, onde no projeto societário capitalista os valores de uso se conectam ao mesmo tempo com o material do valor de troca.

O valor-de-troca revela-se de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor-de-troca parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente à mercadoria. (MARX, 1867, p.58)

A importância do valor é identificada pela quantidade de trabalho socialmente necessária ou tempo de trabalho socialmente necessário para a produção do valor de uso. Dentro da mercadoria vale ressaltar a relação de alienação e fetichismo da mercadoria, ressaltando a presença de desconsiderar o processo de produção da mercadoria, que se encontra ligada a exploração da classe trabalhadora.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho [...] (MARX, Karl, volume I, 1867, p.94)

2.2. Ser social

O ser social se apresenta fragilizado por estar inserido na divisão social e técnica do trabalho dentro da ordem do capital, sendo as expressões da questão social o resultado da contradição capital versus trabalho, dentro da ordem do capital, segundo a teoria marxista, onde o capital se apropria dos meios de produção, sendo a burguesia a detentora de tais meios e o trabalho se insere na contradição dos bens produzidos, considerando a alienação, exploração da força de trabalho. Vale destacar que o trabalho é constituído do ser social, mas o mesmo não se encerra no trabalho, sendo o desenvolvimento do ser social.

A constituição de ser, segundo Lucaks, se apresenta em três categorias: 1: o ser inorgânico: o que não se reproduz; 2: o ser orgânico: aquele que se reproduz, possuindo maior complexidade do que o ser inorgânico; 3: ser social: o que supera os demais seres, o ser social é o que se manifesta entre nossas relações. Dessa forma, com base no foi exposto acima, para relacionar o ser social enquanto usuário da política de assistência social, vale conduzir o debate a inserção da pessoa com deficiência dentro da organização societária, considerando as políticas sociais, evidenciando a política social da educação e mais adiante a possível intervenção do assistente social na educação.

2.3. Pessoa com Deficiência

A partir desse ponto irei trabalhar a definição da pessoa com deficiência, especificamente ressaltando a pessoa com deficiência física, relacionando as suas barreiras enquanto acessibilidade, a intervenção da educação como política social, e quanto ao suporte oferecido na educação superior, às contribuições e as dificuldades. Segundo a **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**, instituída como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência instaurada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, conforme explicitado abaixo:

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015)

Conforme exemplificado acima a pessoa com deficiência está inserida no paradigma dos impedimentos em que se reduz a sua interação enquanto participação frente a igualdade perante a sociedade. Partindo do pressuposto em relação à acessibilidade disponível na sociedade e em quais pontos o usuário é limitado de se alcançar o seu espaço e direito no acesso às políticas públicas.

Em referência às conquistas das pessoas com deficiência é válido destacar a mobilização de diversos coletivos para o compromisso a efetivação de políticas públicas para as pessoas com deficiências, com intuito de inserir a pessoa nas relações sociais no âmbito do trabalho, saúde, educação, lazer, e demais campos da sociedade. Segundo os dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE², CENSO 2010³, 23,91% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, totalizando aproximadamente 45,6 milhões de pessoas. Diante deste cenário, o Serviço Social reconhecendo seu papel enquanto profissão inserida nas

² O censo demográfico do Brasil de 2010 foi a 12.^a operação censitária realizada em território brasileiro. Realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), teve o objetivo de retratar a população brasileira, suas características socioeconômicas e ao mesmo tempo, a base para todo o planejamento público e privado da década 2010-2020.

³ O censo de 2010 procurou retratar o universo de brasileiros com pelo menos um dos tipos de deficiência definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que são: deficiências físicas (visual, auditiva, motora) e mentais ou intelectuais.

políticas sociais comprometida com a efetivação de direitos assume o seguinte posicionamento:

O Serviço Social defende os direitos da pessoa idosa e pessoa com deficiência, tanto no campo da defesa da seguridade social pública, na perspectiva de que as políticas sociais devem garantir acesso a bens e serviços elementares à vida; quanto no campo da ética e direitos humanos, para que sejam pensadas a partir das necessidades e reivindicações dessas pessoas, e não a partir do que se entende como mais adequado e limitado a recursos disponíveis e residuais. (CFESS MANIFESTA, 2017, p.2)

A profissão de serviço social se encontra presente na intervenção das políticas públicas para as pessoas com deficiência, trazendo em destaque a política de assistência social, saúde do idoso e deficiente. A intervenção dos assistentes sociais frente à avaliação da pessoa com deficiência apresenta um ganho na execução de seu trabalho, identificado pelo modelo biopsicossocial (considerado um parâmetro de avaliação das pessoas com deficiência) e com o enfoque a análise ampla de fatores biológicos, psicológicos e sociais, é importante referenciar o contexto familiar, cultural e socioeconômico em sua intervenção. Tal modelo é utilizado para viabilizar o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), sendo um programa da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que prevê a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa idosa com idade de acima de 65 anos e a pessoa com deficiência.

Um marco importante na conquista dos direitos da pessoa com deficiência é evidenciado pela Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Organização das Nações Unidas (ONU 2006), mobilização que se preocupar em considerar a historicidade das relações das pessoas com deficiência, suas limitações e sua inserção na sociedade, considerando o projeto societário pautado no interesse em favorecer a classe dominante, e não a minoria. A mobilização da convenção contribuiu para o avanço na formulação dos parâmetros de acessibilidade e inclusão, tal ponto que pretendo referenciar a partir do próximo item, considerando a base teórica do autor Romeu Sassaki (Consultor e autor de livros na temática da inclusão social).

2.4. Inclusão e Acessibilidade

Segundo o autor Romeu Sassaki (2009) a definição de Inclusão segundo os enfrentamentos apresentados na sociedade, é descrito pelo processo em que as metodologias sociais se organizam para que os setores se encontrem adequados para recepcionar toda a diversidade humana, relacionando etnia, raça, cultura, gênero,

orientação sexual e a pessoa com deficiência, sendo participativo o processo de formulação e execução das ações junto às pessoas atribuídas às questões acima.

Relacionando barreiras é importante citar a estrutura de acessibilidade organizada. A acessibilidade é considerada o suporte que deve abarcar as necessidades das pessoas na execução das suas atividades, em sua sobrevivência, e ato de acesso aos seus direitos, sendo que não seja prejudicado a se alcançar o que tem proposto.

É importante destacar que a acessibilidade não está apenas direcionada a questão física e territorial, pois, dentro dos parâmetros de acessibilidade são identificadas seis dimensões de conceituação dos tipos de acessibilidade existentes. Tendo como exemplificação o que foi discutido acima podemos referenciar as dimensões a seguir: 1: arquitetônica: sem a presença de barreiras físicas; 2: comunicacional: sem a presença de barreiras no âmbito de comunicação entre as pessoas; 3: metodológica: sem a presença de barreiras enquanto métodos e técnicas, como por exemplo, no trabalho, no lazer, na educação; 4: instrumental: sem a presença de barreiras em instrumentos e ferramentas; 5: programática: sem a presença de barreiras nas legislações, normas políticas públicas, conteúdos didáticos e afins; 6: atitudinal: sem a presença de preconceito frente a estereótipos, discriminação relacionado ao comportamento da sociedade com as pessoas com deficiência

Neste estudo terá como base referenciar a acessibilidade arquitetônica, tendo como destaque a acessibilidade arquitetônica presente na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), relacionando a limitação do aluno e servidor com deficiência, dialogando com a Proposta do Núcleo de Educação Inclusiva da UFOP, trazendo em destaque a intervenção do assistente social no campo da educação inclusiva e suas contribuições específicas para o NEI UFOP.

3. CONHECENDO SOBRE O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA UFOP

O Núcleo de Educação Inclusiva Universidade Federal de Ouro Preto vinculado a Pró-Reitoria de Graduação, é localizado no campus morro do cruzeiro em Ouro Preto, Minas Gerais, contam com uma equipe de uma pedagoga mestre em educação, cinco tradutores e intérpretes de libras, quatorze monitores inclusivos remunerados e três bolsistas voluntários divididos em produção de material acessível e monitoria inclusiva com o aluno, trazendo acompanhamento ao acadêmico atendido

pela acessibilidade pedagógica oferecida, sendo suas ações dimensionadas prioritariamente pela demanda do aluno ou servidor, realizada de acordo com as atribuições concedidas ao Núcleo.

Seu foco é realizar atendimento a alunos e servidores com deficiência, dentro da instituição, executando ações para promoção da acessibilidade e inclusão das pessoas públicas alvo da educação especial, sendo essas; pessoas com deficiência, transtorno do espectro do autismo e habilidades\superdotação, disponibilizando suporte pedagógico aos alunos e servidores, concessão de tecnologias assistidas com o cunho de auxiliar na apreensão do conteúdo e\ou prática profissional do servidor, tradução de aulas e reuniões executado pelos tradutores e intérpretes do núcleo, caso requerido pelo aluno e servidor, sendo o atendimento direcionado pela grade curricular e ou calendário administrativo do servidor.

Acerca das atribuições necessárias ao núcleo de acessibilidade, e em específico na UFOP pelo NEI, é apresentada através do decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, prevê, no artigo 5º do §2º:

VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

§ 5a Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (BRASIL, 2011).

Ao se considerar a inclusão das pessoas com deficiência e a atuação dos Núcleos de Acessibilidade, vale destacar o documento orientador do “Programa Incluir - acessibilidade na educação superior”, elaborado pelo Ministério da Educação (2013), no qual postula que

A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes, o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes. (BRASIL, 2013, p. 11)

Art. 28. XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento. (BRASIL, 2015)

4. RELATO DE EXPERIÊNCIA NO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA UFOP

Trazendo a atuação do Núcleo de Educação Inclusiva da Universidade Federal de Ouro Preto, é importante ressaltar a presença da monitoria inclusiva, no acompanhamento de alunos com deficiência, onde é realizado o acompanhamento se considerando a sua totalidade e importância da apreensão do conteúdo abordado em sala de aula, e também o desenvolvimento de ações com suporte a orientação de organização da rotina de estudo, e ao suporte a tecnologias assistidas concedidas pelo Núcleo. É importante salientar a execução das ações do PIDI NEI UFOP\PIDIC PRACE⁴, como o programa de rádio Incluindo Histórias, em que no programa é construída a educação popular, juntamente com o Núcleo, sendo tais ações do programa voltadas a representatividade dos sujeitos participantes de suas próprias histórias, onde construímos o diálogo a partir das nossas experiências, sendo apresentado pelo mediador (apresentador), com a presença de demais participantes, os convidados para as discussões.

Se relacionando a educação popular como proposta de educação como elemento crucial para se alcançar a emancipação humana, vale considerar os pontos centrais a serem construídos e como a aliança com os movimentos sociais é importante para se desenvolver o processo de apreensão de conhecimento de forma coletiva. Onde para Paulo Freire, grande autor e mentor da construção de metodologias para a educação popular, a mesma deve ser vivenciada como prática libertadora e de construção da história.

A Educação é um ato político, e construir a educação de forma coletiva é se compreender a real significação do objeto, realizando juntamente a compreensão da realidade. Trazendo o recorte de alfabetização de adultos, Paulo Freire ressalta o processo de aprendizado como um ato criador, sendo advindo da criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral, e o processo da leitura como importante para a leitura do mundo.

Refiro-me a que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. Na proposta a que me referi acima, este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. (FREIRE, 2017, p.11)

⁴ Projeto Inclusão e Diversidade do Núcleo de Educação Inclusiva da Universidade Federal de Ouro Preto e Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis.

Vale ressaltar também as formas jurídicas presentes na sociabilidade, que impedem o movimento de conquistar a hegemonia da educação popular e se retirar os moldes da educação mercadológica presenciada como política pública, onde é importante que nossa prática profissional enquanto assistente social reconheça o potencial da educação popular, se considerando a totalidade do ser social e a conquista de um projeto societário que venha a romper os moldes do modo de produção capitalista.

Realizando uma análise no campo da educação inclusiva, apresento alguns apontamentos como dificuldades presentes em se tratando da educação inclusiva enquanto política pública, a presença de uma equipe multidisciplinar traz grandes benefícios ao desenvolvimento do trabalho, o NEI UFOP apresenta algumas dificuldades em se mobilizar em alguns momentos pelos avanços da conjuntura política e embasamento de política pública no país, em que se propõe pouco investimento a educação inclusiva nas escolas e universidades, sendo uma realidade não vivenciada apenas pelo NEI UFOP, mas sim de diversos Núcleos de Acessibilidade no país.

O núcleo de educação inclusiva da UFOP tem dificuldades prioritárias como a necessidade de um profissional qualificado para a revisão de textos e produção de material para Braille, por exemplo, onde se mesmo existindo uma legislação nacional que prevê a necessidade um profissional com qualificação adequada para realizar a produção de material acessível à estrutura de política pública não consegue alcançar as necessidades básicas, e também para adquirir tal profissional para execução do material, e tais dificuldades repercutem no aluno e servidor com deficiência visual.

Em relação à produção de material acessível dentro do NEI UFOP, o trabalho é realizado de acordo com a legislação, com o suporte dos monitores, mas em alguns momentos alguns erros e dificuldades na produção de material se acentuam, visto que não se há uma qualificação necessária, e tal observação realizada perante análise da execução de produção de material em braille, onde foi possível identificar as dificuldades, que apresentada para a produção de material e analisando as barreiras para se alcançar a acessibilidade necessária.

Considerando as demais barreiras para a promoção da acessibilidade e inclusão dentro das universidades, especificamente no NEI UFOP, vale destacar a dificuldade de se compreender por parte do usuário os direitos enquanto usuário de política pública da educação inclusiva, o limite de trabalho do pedagogo e da política de educação, se considerando a importância do profissional que realize esses apontamentos de orientação ao usuário, que deve ser o assistente social, e que iré contribuir na execução da política pública da educação inclusiva dentro da UFOP, e

também em se compreender demais suportes que outros setores da universidade disponibilizam como é o caso da Assistência Estudantil.

Realizando o paralelo da atuação do assistente social no campo da educação inclusiva e a necessidade de tal atuação dentro do Núcleo de Educação Inclusiva da UFOP, onde posteriormente iniciarei o debate da atuação e prática profissional, afirmando os apontamentos citados acima neste capítulo, reconhecendo de fato a importância do profissional habilitado em política pública na prática da educação inclusiva.

5. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Em se tratando da educação enquanto política pública, e direito social, vale destacar o contingente de lutas sociais para a garantia a educação como política pública sendo presente desde o início do século XX, através das lutas sociais tensionadas pela classe trabalhadora, levantando pautas em foco ao direito a educação, e aos enfrentamentos do modo de produção capitalista que incide no projeto de sociedade em que seu foco seja embasado em acumulação de capital.

A presença do assistente social no campo da educação se deu desde a década de 1990, desde os marcos sócio-históricos da constituição da profissão. Porém é a partir da década de 1990, em conformação com o amadurecimento do projeto ético político profissional, que é possível identificar no cenário brasileiro um grande aumento do Serviço Social na área da educação, como referência de tal aumento, é o crescente número de trabalhos inscritos nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais desde 1995.

Vale destacar também que frente a gradativa ascensão no campo da educação, o conjunto CFESS-CRESS inicia a intensificação do debate, onde nos encontros nacionais o debate da atuação do assistente social no campo da educação ganharam destaque, iniciando a construção de Comissões Temáticas de Educação nos CRESS, e em encontros da categoria, tendo por objetivo contribuir para a discussão e formular debates frente o papel social da escola, a educação como direito social, e as contribuições do Serviço Social para a garantia do direito a educação e a escola como campo de atuação do assistente social.

Em consonância a inserção dos assistentes social nas escolas vale destacar ao exercício profissional a legislação, face “às atribuições atinentes à atividade profissional respectiva, estabelecida nos artigos 4º e 5º da Lei número

8.662/1993. Tal exercício desse ser pautado na identificação da educação como direito social e se compreender a importância do acesso e permanência na educação por parte do usuário, trazendo à tona a inclusão do usuário a política pública. Ao se falar de política pública é importante identificar o movimento contraditório das políticas sociais, em que não conseguem atender as demandas necessárias do usuário, por não se considerar a totalidade do ser social, que se encontra inserido na divisão sócio técnica do trabalho e também como comunidade que também é usuária de política pública, sendo válido destacar conceitos de liberdade e igualdade levantadas pelas formas jurídicas da sociabilidade, são colocadas de um mecanismo a ser desconsiderada a realidade social das relações humanas.

As formas jurídicas da sociabilidade impedem o movimento de conquistar a hegemonia da educação inclusiva de fato, e se retirar os moldes da educação mercadológica presenciada como política pública, onde é importante que nossa prática profissional seja orientada pela percepção da educação inclusiva, se considerando a totalidade do ser social e a conquista de um projeto societário que venha a romper os moldes do modo de produção capitalista. Em relação à regulação do campo educacional, temos algumas legislações sociais, como a Lei de Diretrizes e Bases, Estatuto da Criança e Adolescente, se apresentando como suportes para a educação no cenário brasileiro. Se considerando a atuação do assistente social vale ressaltar a visão da educação sobre a perspectiva da análise da realidade social do sujeito, se considerando as limitações do usuário frente a alcançar a política de educação, identificando que tal política deve ser receptada como um direito social.

Tendo por objetivo, a preocupação ao acesso do usuário a política de educação, onde podemos identificar a articulação do serviço social com o usuário, por meio de visitas domiciliares, estudos socioeconômicos, articulação entre conselho tutelar e ministério público, com o setor público frente à disponibilização as políticas, sendo o movimento de viabilização da política pública ao usuário, garantindo também a permanência e qualidade dos serviços prestados no âmbito da educação, trazendo a intervenção de escuta e fala qualificada do assistente social.

A atuação do assistente social deve ser dimensionada pela perspectiva de identificação da sociabilidade atual, se considerando os meios de viabilização das políticas públicas, afirmando que a viabilização é um direito social e o ser social presente na sociabilidade tem garantia do acesso às políticas sociais, independente das limitações a ele encontradas, mas se fazendo o movimento de se considerar a presença do ser social no modo de produção capitalista, e da presença da classe trabalhadora, na resistência e lutas sociais frente à exploração da força de trabalho.

Considerando as limitações por parte do usuário frente à permanência no âmbito da educação vale considerar a presença da política de assistência estudantil, que tem por objetivo a disponibilização de políticas para a garantia e acesso ao aluno com qualidade no âmbito da educação, tais como (bolsas, alimentação, moradia, transporte), sendo dimensionadas por critérios de avaliação socioeconômica, tais medidas devem possuir o enfoque baseado na perspectiva da inclusão dos usuários, realizando o movimento da inclusão da pessoa com deficiência, criança, adolescente, adulto, idoso, em torno da sociabilidade e acesso a políticas públicas.

Sendo a viabilização e acesso dimensionada a universalização dos direitos sociais e da conscientização de classe por meio da intervenção profissional, se reconhecendo os enfrentamentos conduzidos à classe trabalhadora, e se construindo uma intervenção que transcenda a transformação social do usuário, se considerando a intervenção para emancipação humana, ressaltando a educação e política pública sobre essa perspectiva de integralização de lutas sociais, e conscientização por parte do usuário.

A perspectiva da educação inclusiva se coloca sobre a visão de acesso as pessoas com deficiência de modo igualitário e que atenda as suas necessidades para se alcançar a efetividade na prestação dos serviços disponibilizados pelas políticas públicas de educação, onde a educação inclusiva traz os aportes necessários para se compreender as limitações do usuário com deficiência e realizar a sua integralização, se ressaltando o foco da conceituação da inclusão social de fato, em se alcançando a totalidade do ser social em sua completude.

O Serviço Social ao se constituir como uma profissão que atua predominantemente, na formulação, planejamento e execução de políticas públicas de educação, saúde, previdência, assistência social, transporte, habitação, tem o grande desafio de se posicionar criticamente diante da barbárie que reitera a desigualdade social, e se articular aos movimentos organizados em defesa dos direitos da classe trabalhadora e de uma sociedade livre e emancipada, de modo a repensar os projetos profissionais nessa direção. Esses são os compromissos éticos, teóricos, políticos e profissionais que defendemos no Brasil e em nosso diálogo com o mundo. (Boschetti, 2008, p.20)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a realização da pesquisa e a transmissão do conhecimento, pode se inferir a importância do Assistente Social no campo da Educação Inclusiva, sendo um profissional que venha contribuir com um trabalho de articulação de forma interdisciplinar, tendo enfoques pautados na identificação da realidade social dos usuários que são atendidos pelo campo da educação inclusiva, se aliando ao processo

de conscientização de classe por parte dos usuários da política social, considerando a totalidade do ser social, e considerando a intervenção na educação e consciência de classe como aparelho central para se conquistar a emancipação humana.

O Serviço Social tem como tarefa decifrar as formas e expressões da questão social na contemporaneidade e atribuir transparência às iniciativas voltadas à sua reversão ou enfrentamento imediato. Dessa forma, é indispensável decifrar as novas mediações, por meio das quais se expressa a questão social hoje, ou seja, é importante que se possam apreender as várias expressões que assumem na atualidade as desigualdades sociais e projetar formas de resistência e de defesa da vida (IAMAMOTO, 2004, p.268).

Ao se realizar a intervenção sobre as expressões da questão social, identificando as múltiplas expressões presentes no campo da atuação, mas precisamente na educação inclusiva, e as ações por meio de políticas públicas e identificação de demais setores como a assistência estudantil, trazendo a viabilização dos direitos sociais ao usuário com deficiência, contribuirá com a permanência do estudante na universidade, pois o profissional qualificado, que possui conhecimento acerca das políticas sociais, trará uma escuta e fala qualificada ao usuário com deficiência, frente as suas demandas.

A identificação do ser social no campo da educação inclusiva, trazendo a constituição do ser social na sociabilidade capitalista, trará avanços no processo de desmistificação da visão do deficiente como incapaz, e analisado sobre olhar caritativo, se fundando em elementos de aportes a constituição do usuário de política pública, perante aos direitos sociais, realizando intervenções também com o grupo familiar do usuário caso necessário, contribuindo para a integralização do sujeito frente à política pública.

Para se garantir efetividade ao trabalho da educação inclusiva, é preciso desenvolver intervenções coletivas com demais profissionais, juntamente com o profissional habilitado em pedagogia, visto que o mesmo conhece com eficácia a transmissão do conhecimento, e os processos de apreensão do mesmo, mas também se faz necessário à presença do assistente social frente às intervenções pautadas na garantia e acesso de qualidade a política de educação, trazendo elementos importantes como a política de assistência estudantil, no tocante a permanência aos alunos no espaço escolar e universitário.

7. REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 nov. 2011.

BRASIL. Documento orientador Programa Incluir - **Acessibilidade na Educação Superior**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Secretaria de Educação Superior. 2013.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília, 6 jul. 2016.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo, 2006.

CAMPOS, E. B. et al. Conselho Federal de Serviço Social GT de Educação: **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

Conselho Federal de Serviço Social Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: **Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social**: Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/LEGISLACAO_E_RESOLUCOES_AS.pdf> Acesso em 23 abr. 2018.

CFESS MANIFESTA, **Edição especial: pelos direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-CfessManifesta-Especial-PessoaldosaPessoacomDeficiencia.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARGAREZI, Andreia Leticia. **Educação Inclusiva e as possibilidades de intervenção para o Assistente Social**: Disponível em: <<http://www.agapasm.com.br/Artigos/Educa%C3%A7%C3%A3o-Inclusiva-e-as-Possibilidades-de-Interven%C3%A7%C3%A3o-para-o-Assistente-Social.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, Capítulo VI Inédito. São Paulo: Ciências Humanas, v. 1, 1978.

MEC/SEESP: **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SARTORI, Vitor. **Diálogos entre Lukács e Pachukanis sobre a crítica ao direito**. Brasília, 2016.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano 12, mar./abr. 2009, 10 p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano 12, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: <[https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI -
Acessibilidade.pdf?1473203319](https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI-_Acessibilidade.pdf?1473203319)>. Acesso em: 23 abr.2018.